

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

**ANOTAÇÕES PARA A DEMOCRACIA COMO PROCESSO DE AUTOCONHECIMENTO E
TRANSUBSTANCIAÇÃO DOS SUJEITOS QUE A REALIZAM E ANOTAÇÕES PARA UM SABER
SOBRE OS SENTIDOS IMPLICADOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO**

Nelson Rego

Boletim Gaúcho de Geografia, 18: 18-22, maio, 1991.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/40172/26168>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - maio, 1991

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

**Anotações para a democracia como processo de autoconhecimento
e transubstanciação dos sujeitos que a realizam
e anotações para um saber sobre os sentidos
implicados na produção do espaço.**

Nelson Rego*

*Procuró agradecer com este
trabalho a todas as pessoas que
tenho encontrado dedicadas, em
atividades diversas, à emancipação
da experiência humana.*

Se democracia significar o governo dos indivíduos sobre as atividades geradoras de seu mundo, então, o seu desenvolvimento deve ir superando todo o poder que, impedindo o exercício da deliberação participativa de um coletivo, para este coletivo estabeleça objetivos, imputando-lhes significados, e o modo de realizar as suas práticas; a democracia deve ir superando, em suma, a alienação dos produtores frente à posse social do mundo produzido, desde as relações de trabalho até o conjunto de todas as mediações que impliquem no governo das práticas e na atribuição de objetivos-significados para a interatividade social.

A democracia, assim, muito mais do que apenas aperfeiçoar as regras da política representativa, deve se realizar como processo cotidiano, direto, descobrindo as formas e os conteúdos próprios para, em cada um dos contextos que integram a sociedade, ir instituindo o direito e o exercício de direção das atividades pelo poder participativo de seus sujeitos. Desse modo, enquanto processo cotidiano, a democracia pode ser realizada como construção permanente, pois democracia não significará apenas um dado modo de organização participativa que se encontre presente num determinado lugar e num determinado tempo, mas a possibilidade para que novos projetos possam se apresentar, buscar reconhecimento e se substanciar como práticas de vida pertinentes para aquele contexto.

A construção da democracia pressupõe, portanto, que passe a ser prática comum a avaliação de projetos — presentes ou propostos — e das ações a eles correspondentes. Avaliação que pode preencher os significados das vontades e dos valores que se encontram implicados nesses projetos e

* Professor no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ações, o que significa dizer que a construção da democracia pressupõe o autoconhecimento de seus sujeitos, que podem, então, com maior clareza, se produzir como aqueles que efetivamente estabelecem os sentidos éticos de suas práticas.

Procurar contribuir com algumas observações para essa construção que vai estabelecendo os seus sentidos é o objetivo deste trabalho.

Anotações para a democracia como processo de autoconhecimento e transubstanciação dos sujeitos que a realizam

O processo da democracia tanto se fundamenta no crescimento humano como é fundamento para este: tentando superar a condição de objetos para a consecução de interesses impostos às suas vontades, os indivíduos buscam se instituir como os sujeitos orientadores de seu mundo, substituindo as práticas da obediência passiva pelas práticas da associação participativa, que vai se tornando, em níveis diversos e no múltiplo das atividades, o meio social para o atendimento das necessidades individuais e coletivas. Torna-se a associação participativa, do mesmo modo, o meio em que, para o estabelecimento dos objetivos-significados de suas atividades, os sujeitos precisam definir os valores que esperam encontrar implicados em suas ações; torna-se, portanto, em meio para o desvelamento de valores, manifestação de singularidades e troca de indicativos pessoais para o mútuo crescimento e mudança.

Afirma-se, então, o convívio de diferenças como um projeto de sociedade não apenas por tolerância, mas porque, através da interação das identidades, mais pretende estar para cada pessoa a possibilidade de recriar o modo de sua participação e, assim, aprender a recriar continuamente a expressão de sua singularidade e desenvolver o próprio modo de ser. Em relações entre o coletivo e o individual que se estabeleçam com esse sentido, acentua-se, na observação de Heller¹, a identificação consciente da pessoa com o processo de transformação de seu meio social: a identificação com o coletivo que se organize e se movimente em reciprocidade com o universo das diferenciações individuais, onde os grupos podem se tornar comunidades porque se encontram fundamentos na expressão e no desenvolvimento das identidades pessoais. Nessa relação entre a pessoa e o que sua ação representa para a comunidade de outros sujeitos participantes, Heller observa que a transformação da consciência se substancia como dinâmico e permanente autoconhecimento de sua identidade, ao se desenvolverem as relações entre o comunicacional e o reflexivo no interior da interação social.

Essa interação, orientada para o estabelecimento da posse e da direção participativas sobre o mundo produzido, vai tornando necessária e cotidiana a indagação sobre os significados das ações e das possibilidades que se apresentam para novas ações, que, assim expostas a um número

¹ HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.

crescente de situações que diretamente as interrogam, ao invés de serem justificadas por conceitos que tentam se apresentar como se fossem isentos de qualquer dimensão oculta, passam a ser compreendidas de uma maneira cada vez mais próxima de seus móveis reais, vinculados a uma globalidade de dimensões humanas, onde os conceitos vão ser encontrados (e, enfim, revelados) em sua relação com sentimentos, valores e interesses. Vai diminuindo, dessa maneira, o espaço psicológico e social para dissimulações — para justificações ideológicas — ao mesmo tempo em que ações, conceitos, sentimentos, valores e interesses podem ir sendo transsubstanciados. Solicita-se o desvelamento como base (e conquista) para a superação de relações interpessoais enfermas.

Em favor da possibilidade desse desenvolvimento e dessa superação, pode-se argumentar, sem dúvida, com base no pensamento de Habermas², para quem os interesses orientadores se manifestam nas mediações do trabalho, da linguagem e do domínio, onde são definidos objetos de apreensão para o conhecimento e onde a mediação entre o sujeito e objeto constitui-se originariamente por ação e obra do interesse, possibilitando que o desvelamento dos significados contidos na mediação e o desvelamento do sujeito sejam simultâneos, porque ambos os desvelamentos são reciprocamente conseqüentes. Os sujeitos vão se definindo, portanto, como "objetos" essenciais do conhecimento, na mesma razão em que passam a se apreender na apreensão dos significados de seu processo interativo: enquanto forem insituindo o governo cotidiano das mediações necessárias para a produção da sociedade, relacionando todo um inumerável coletivo de objetos, apreendem suas mediações como unidade plural de significados e, deste modo, se reconhecem como os produtores de seu mundo ao reconhecerem este mundo não mais como exterioridade que os domina, mas como contexto de existência cujo múltiplo de relações e, enfim, conscientemente integrado pela emancipação da experiência humana.

A partir do desenvolvimento prático desse saber, é possível interrogar criticamente a razão analítica, desvelando o sentido histórico-social da interatividade que, sem nunca deixar de assimilar o múltiplo, se representa por uma expressão cognoscente parcelizada, representando a relação entre o ato que apreende e o objeto em separado do universo das mediações interpenetradas, estabelecendo aprioristicamente limites para cada exercício cognitivo em função de limites formalmente estabelecidos entre os objetos. Interroga-se, pois, para desvelar eticamente a razão analítica substanciada em hábito; esta internalização de um modo de agir e de conceitos, sentimentos, valores e interesses; para ir transsubstanciando, cotidianamente, a razão em razão holística. Uma razão que, ao invés de omitir, se fundamente no esclarecimento dos sentidos da vontade social implicada em todas as dimensões do complexo de todas as interatividades e de todos os conhecimentos; uma razão, portanto, que desse modo pode se substanciar como processo histórico-cotidiano de auto-educação, onde, articulador de todos os conhecimentos a serem produzidos e utilizados, institui-se o saber da liberdade como prática capaz de trazer à consciência os

² HABERMAS, Jürgen. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

sentidos da vontade e, assim, recriar, desenvolver esta vontade humana.

Nesse mesmo movimento — reconstituindo o mundo, porque se reconstituem; reconstituindo-se, porque reconstituem o mundo — os sujeitos preparam a superação das filosofias políticas prévias à sua imaginação social e, deste modo, também interrogam criticamente as práticas conformadas aos parâmetros destas teorias, que, se podem interpretar a construção da liberdade e, nesse sentido, desvelar e fundamentar significações para o processo, não podem conter a inteira criação de formas e conteúdos da ação emancipada, em seu desenvolvimento multiplamente intencionado e, por isto mesmo, não pré-determinado. Instituído-se da posse e direção participativas de seu mundo, os indivíduos passam a ser os sujeitos produtores, cotidianamente, de soluções que nunca serão, por certo, aquelas idealizadas pelos referenciais de qualquer determinada teoria, mas estas soluções e o processo que as propõe, pelo vivenciado reconhecimento de que cada solução é sempre apenas uma entre outras possíveis, representarão o exercício da contingência como uma expressão da liberdade, e encruzilhadas onde o humano, ao compreender as suas ações e compreendê-las porque passa a ter a direção sobre estas, pode estabelecer novos sentidos para a sua vontade.

Criando os modos pelos quais a sociedade se produz aberta, os indivíduos fazem da crítica uma relação interpessoal tão cotidiana quanto cotidiano for o governo da interatividade social: a crítica se torna condição para que práticas e ideários não se reduzam a doutrinas e, deste modo, através de avaliações pessoais e grupais recíprocas, a interatividade continue a se recriar, em formas e conteúdos que manifestem esta contínua solicitação à expressão de seus sujeitos. Orientando-se por esse sentimento, a crítica deve se desenvolver eticamente, deve se apreender como prática relacionada aos valores da emancipação humana e, assim, antes de amesquinhar como estereótipo de ataque, deve se completar como autocrítica e se reconhecer como exercício legítimo para quem, participando da recriação coletiva, também se recria.

Anotações para um saber sobre os sentidos implicados na produção do espaço.

Enquanto buscam instituir o autogoverno de suas relações, também na reconstrução do espaço geográfico-social os indivíduos e os coletivos passam a se apreender como sujeitos do processo, ao irem definindo os valores implicados nas ações com as quais procuram realizar a nova produção de seu espaço. Desenvolve-se, então, um saber sobre esse espaço, mas um saber que, definitivamente, não mais apresentando esse espaço como uma identidade autônoma frente ao processo que o produz, se define, mais exatamente, como um saber sobre os sentidos contidos em sua produção e, portanto, não como um saber em particular, mas como um saber entre os saberes que se assimilam, naquele desvelamento comprometido com a substanciamento do agir como processo que institui a liberdade. Como tal, enquanto saber em movimento, que tanto se fundamenta na ação que se emancipa como serve de fundamento para esta, também aqui não pode haver o con-

formismo aos parâmetros de filosofias políticas prévias ao desenvolvimento da imaginação social.

Esse saber sobre o espaço não pode se enquadrar aprioristicamente dentro de limites estabelecidos por "alfândegas" do conhecimento, na mesma razão em que, procurando revelar os sujeitos do processo, deve revelar a plural unicidade de significados contidos nas ações que transformam inter-relacionadamente todo um múltiplo de objetos na produção desse espaço.

Também não deverá se fragmentar ao transitar por escalas diversas, pois através de espaços maiores e menores, e de feições espaciais diversas, importará, mais uma vez, apreender os sentidos que os produzem e os integram: revelar o modo como a sociedade faz corresponder a organização de sua complexidade uma organização de relações entre espaços e, procurando a substanciação da liberdade, contribuir para que se esclareçam possibilidades para que o governo da produção dos espaços seja participativo em todos os seus níveis; importará, assim, para o desenvolvimento da mútua reciprocidade entre os diversos níveis de um mesmo processo, desde a apreensão dos sentidos definidos pela inteira sociedade para a produção de seu macro espaço, até a apreensão dos sentidos da participação do indivíduo, em diversos contextos, na produção de espaços locais.

Esse saber sobre os sentidos da produção do espaço deve se desenvolver enquanto solucionar seus impasses teóricos pelo esclarecimento, de modo suficientemente direto, dos valores que estiverem implicados no debate e que remetem, afinal, a projetos de sociedade, elementos de uma construção em aberto, onde necessidades de ação podem ser reconhecidas e definidas como chaves orientativas para a solução daqueles impasses.

Por fim, ao dirigir essas anotações para o debate que, em alguns momentos, parece-me, tem demonstrado um excessivo apego a tentativas de delimitar objeto e método para o conhecimento do espaço geográfico-social, denotando, assim, um certo aprisionamento a uma formal disciplinaridade e a modelos prévios para a produção de conhecimentos e das ações, não posso deixar de registrar um apontamento para a minha autocrítica, reconhecendo que, a minha intencionalidade para a mudança, muitas vezes ainda me manifestei como tributário desses mesmos aprisionamentos. Manifestações que, por certo, podem ser apreendidas como desvelamentos e, assim, ética e ativamente transubstanciadas.